



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua Sócrates Alvim, Nº 10 - Bairro Camargos - CEP 30520-140 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br

## **NOTA TÉCNICA Nº 149 / 2026 - TJMG/SUPAD/DIRCONT/GESUP**

**Assunto:** Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para garantir a saúde, a segurança e a higiene da equipe de conservação da **Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD)**.

À DIRCONT

Senhor Diretor Executivo

Considerando o histórico e a regular necessidade de suprimento de itens de estoque, cuja solução é a aquisição direta com fornecedores, com entregas programadas ou pelo sistema de registro de preços;

Considerando que este Tribunal de Justiça possui catálogo próprio padronizado de bens no sistema SIAD Web - Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços;

Considerando que o inciso I do §1º do art.º 4º da Resolução SEPLAG/MG nº 115, de 29 de dezembro de 2021, dispõe:

### ***CAPÍTULO II***

#### ***DA ELABORAÇÃO DO ETP***

##### ***Diretrizes gerais***

*Art. 4º - As licitações e procedimentos auxiliares para aquisições de bens e contratação de prestação de serviços, e no que couber, para contratação de obras, deverão ser precedidos de estudo técnico preliminar.*

***§1º - É facultada a elaboração do ETP, mediante justificativa aprovada pela autoridade competente, nas hipóteses de:***

***[...]***

***I – dispensa e inexigibilidade de licitação, exceto nos casos dispostos nos incisos III e IV do § 2º; [...]*** (grifou-se)

Considerando o valor estimado da presente contratação se enquadrar na dispensa de licitação disposta no inciso II do art. 75 da Lei federal nº 14.133/2021 ;

Considerando que embora o referido normativo tenha sido editado pelo Poder Executivo Estadual, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços de qualquer natureza e, no que couber, para contratação de obras, no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e

fundacional do Estado de Minas Gerais, é atualmente adotado pelo Tribunal como boas práticas, enquanto não é editado um ato normativo próprio;

Submeto as presentes considerações e justificativas a V.Sa., na qualidade de autoridade competente, para análise e aprovação, caso esteja em concordância, sobre a desnecessidade de elaboração do ETP para a contratação em tela, em atendimento ao disposto no §1º acima transcrito.

Atenciosamente,  
Marcelo Guimarães Braga  
Gerente Gerência de Suprimento e Controle Patrimonial

---

**À GESUP**  
**Senhor Gerente**

Coloco-me de acordo com a manifestação supra por seus lícitos fundamentos.

Diante do exposto, aprovo as justificativas supracitadas para dispensar a elaboração do ETP da presente aquisição nos termos do inciso I do §1º do art. 4º da Resolução SEPLAG/MG nº 115/2021.

Atenciosamente,  
Henrique Esteves Campolina Silva  
Diretor-Executivo – DIRCONT



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Guimarães Braga, Gerente**, em 06/03/2026, às 15:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Esteves Campolina Silva, Diretor(a) Executivo(a)**, em 10/03/2026, às 13:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25543311** e o código CRC **8C463652**.